

PROVINHA BRASIL, UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE AVALIAÇÃO PARA ALFABETIZAÇÃO: o que sabem e pensam os professores alfabetizadores de Camaragibe?

Simone Lindolfo da Silva¹

1. Alfabetização e políticas públicas

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar qual o significado e as possíveis contribuições da avaliação em larga escala, Provinha Brasil, para os professores alfabetizadores de Camaragibe-PE. Nosso referencial teórico contamos com autores que discutem sobre a avaliação Educacional (ESTEBAN, 2009; BONAMINO, 2002; VIANNA, 1990). Visando a apreender com maior detalhamento qual o sentido dessa perspectiva política e suas possíveis implicações para ação pedagógica dos professores alfabetizadores da Rede Municipal de Camaragibe, optou-se pela pesquisa qualitativa e como procedimento metodológico a entrevista semiestruturada. Para critério dos dados, utilizamos a análise de conteúdo temática, defendido por (BARDIN, 1977). As análises realizadas apontaram a relevância dessa política avaliativa para a prática pedagógica, as professoras deduziram ser um instrumento utilizado para aferir o desempenho dos alunos na alfabetização, para algumas os resultados promoveram uma reflexão em suas práticas e apontaram possibilidades de intervenção.

Palavras-chaves: Alfabetização; Avaliação Educacional; Provinha Brasil.

Introdução

O presente artigo insere-se no grupo temático "Alfabetização e Políticas Públicas", e visa apresentar um recorte da pesquisa sobre avaliação em larga escala intitulada "PROVINHA BRASIL, UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE AVALIAÇÃO PARA ALFABETIZAÇÃO: o que sabem e pensam os professores

¹ Mestre em Educação pela UFPE. Professora e Supervisora da Educação Básica do Estado de Pernambuco. Contato: lindolfo.simone@gmail.com

alfabetizadores de camaragibe²? Em 2008, se inseri na politica educacional a implementação do mais novo instrumento avaliativo, o Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e com o apoio da Secretaria de Educação Básica (SEB), apresenta a Avaliação da Alfabetização Infantil – Provinha Brasil – com o objetivo de diagnosticar o nível de alfabetização dos alunos da rede pública do ensino após um ano de escolarização.

Nesse sentido, algumas questões emergem da necessidade de se responder: por que os alunos não aprendem a ler e escrever ao término do ciclo da alfabetização? Quais são as possíveis insuficiências nessas habilidades? Tais questões precisam ser diagnosticadas no início do processo da alfabetização para que se possam tomar medidas e criar estratégias interventivas na prática pedagógica desse nível de ensino e que garantam as crianças ao término das séries iniciais as habilidades mínimas da leitura e da escrita.

O interesse desse artigo é investigar qual(ais) impactos esse instrumento avaliativo pode contribuir na prática pedagógica dos professores alfabetizadores, sendo uma das medidas adotadas pelo governo federal para o enfrentamento do fracasso escolar, da política nacional para alfabetização.

O presente artigo organiza-se nesta introdução, na qual situamos o estudo e as inquietações que permeiam o fracasso nas habilidades de ler e escrever. No segundo momento, apresentamos uma breve trajetória histórica do sistema de avaliação educacional, assim como, a institucionalização da Provinha Brasil em nosso país, bem como, os autores que embasaram a pesquisa. No terceiro momento, enfatizamos aspectos teórico e metodológicos do estudo (pesquisa, hipóteses, objetivos, procedimentos metodológicos). No quarto, discutimos parte das análises dos dados realizadas para compreensão das questões elencadas. No quinto momento, apresentamos os resultados encontrados. E, por fim, as considerações finais.

Avaliação Educacional no Brasil: das primeiras experiências até a implementação do SAEB

A Avaliação Educacional no Brasil ao longo dos anos, tanto essas discussões quanto a sua aplicabilidade tem sido um dos temas recorrentes nas discussões acadêmicas e na sociedade civil, em que a Avaliação em Larga Escala torna-se elemento norteador para as

² Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco em 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35976> Acesso em: 16 fev de 2021.

políticas públicas da educação em nosso país. A avaliação de sistema torna-se uma ferramenta importante dentro de uma perspectiva neoliberal nas propostas de políticas públicas ligadas à educação, percebemos essa estratégia mais intensamente nos anos 90, em que o Brasil segue um delineamento das políticas externas que influenciará na estrutura do sistema de ensino. Essa política educacional que muitos autores como Afonso (1998), Dias Sobrinho (2002) e Freitas (2004) relacionam à mudança do papel do Estado da educação, à necessidade de melhor gerenciamento dos recursos disponíveis, a partir da possibilidade de auxiliar no direcionamento dos investimentos na escola pública e à necessidade de um diagnóstico para a melhoria do ensino, tem feito com que a avaliação ocupe papel de destaque nas políticas públicas educacionais, como afirma Vianna (1990):

A avaliação vai ter um papel importante na crítica para a transformação da escola, de seus currículos e de seus programas, o que ocorreu mais visivelmente nos países do Primeiro Mundo e que vem ocorrendo em ritmo retardado nos chamados países emergentes (Brasil, por exemplo). (p.23).

Observamos que já no final dos anos 30, a avaliação de sistemas educacionais ainda que timidamente começa a despontar o desenvolvimento das pesquisas educacionais no país. Ao mencionarmos alguns acontecimentos dessa década destacaremos papel fundamental do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) criado em 1937, o atual INEP, foi inicialmente chamado de Instituto Nacional de Pedagogia denominação modificada um ano depois em 1938, quando passou a Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Logo se tornou uma referência no país, N21 sobretudo a partir de 1944 quando foi criada a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), veículo por meio do qual as informações educacionais passaram a ser publicadas e conseqüentemente passaram a ser consultadas por pesquisadores, gestores e pessoas interessadas em questões educacionais. O órgão tinha como objetivo funcionar como centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação e Saúde.

Nas décadas seguintes do século XX, ocorre um momento mais estável e de efervescentes produções nas avaliações de redes de ensino, surgindo à preocupação específica com processos avaliativos escolares, baseados em critérios mais claramente enunciados e instrumentos que poderiam garantir, até certo ponto que a avaliação estivesse mais objetivamente garantida. Nas décadas subsequentes profissionais receberam formação mais aprofundada na área de avaliação de rendimento escolar, alguns no exterior. Na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro criou-se em 1966 o CETPP (Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas), em que testes educacionais passam a ser desenvolvidos e estudados.

Provinha Brasil: política nacional de avaliação para alfabetização

A temática do fracasso escolar tem sido recorrente nas formulações das políticas públicas para a educação, sobretudo, para o ensino fundamental e para combatê-lo com frequência se apresentam diagnósticos, planos e propostas. Dentre as formulações destacaremos a ampliação do ensino fundamental para nove anos. Acreditando em promover uma educação inclusiva e que venha superar as práticas excludentes tão presente em nosso sistema de ensino. O Ministério da Educação, através do Plano Nacional de Educação institui em 6 de fevereiro de 2006, a Lei no 11.274, ampliação e oferta do ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade.

A ampliação do ensino fundamental para nove anos promove, também, uma possibilidade de qualificação do ensino e da aprendizagem da alfabetização e do letramento, pois a criança terá mais tempo para se apropriar desses conteúdos de forma mais sistemática. Ao ser inserida mais cedo a criança terá contato com o mundo da linguagem, possibilitando um processo alfabetizador com sucesso e ao término das séries iniciais terá garantido as habilidades mínimas de ler e escrever.

Dentre essas medidas referentes às reformulações promovidas pelas políticas de ampliação do ensino fundamental e de erradicação do analfabetismo, sem dúvidas, a avaliação externa vem assumindo grande relevância como um dos indutores da chamada qualidade da educação. Conforme declara Geraldi (2004):

No triângulo de ações sobre o qual se alicerçou o projeto e a ação educacional do governo neoliberal, a política de avaliação é a pedra de toque, o ângulo do alto, o ponto de sustentação para construir uma certa qualidade para a educação brasileira (p.27).

A Provinha Brasil surge como umas das ações sistematizadoras adotada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), visando comprometer-se com a equidade e a qualidade da educação (ESTEBAN, 2009). Como determina o documento oficial que compõe o kit da Provinha, “Passo-a-Passo”:

Essa nova avaliação constitui-se em valioso instrumento que permitirá aos gestores educacionais e aos professores realizarem um diagnóstico do nível de alfabetização de suas crianças ainda nos primeiros anos de escolarização, visando à intervenção pedagógica e administrativa quando ainda há tempo para sanar as dificuldades detectadas no ensino e na aprendizagem (INEP/MEC, 2009, p. 01).

A adesão a Provinha Brasil é voluntária e sua forma de operacionalização, assim como a utilização dos seus resultados é de responsabilidade dos gestores das escolas (públicas e privadas), secretarias de educação dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. A primeira edição aconteceu no início do ano letivo de 2008, quando foram avaliadas as habilidades relativas ao processo de alfabetização e letramento inicial dos alunos. A sistemática de

aplicações da avaliação se realiza através de provas padronizadas que acontece no início e no fim do ano letivo, com a finalidade de acompanhar a evolução da aprendizagem do aluno em seu processo de alfabetização.

A ênfase nos resultados obtidos é um dos aspectos centrais na tessitura desse projeto de avaliação que apresenta como seu objetivo realizar um diagnóstico do nível de alfabetização dos alunos, para prevenir e corrigir “possíveis insuficiências” em relação à leitura e escrita.

Portanto, é importante ressaltar que mesmo sendo considerada a avaliação mais recente do SAEB, a Provinha Brasil, encontra-se inserida na mesma concepção de “modelo de avaliação externa que trata desempenho como equivalente a aprendizagem, e avaliação como procedimento técnico vinculado a mensuração e controle” (ESTEBAN, 2009, p. 50). Por conseguinte, não pretendemos através das considerações esboçadas, desmerecer a importância da avaliação externa, na qual se situa a apreciação do trabalho escolar pelas instâncias administrativas do sistema e que, porém, não deve ser traduzida na aplicação de instrumentos de rendimento escolar. Contudo, deve-se valorizar a avaliação externa que valorize a dimensão formativa e que os resultados gerados promovam a autonomia pedagógica e didática da escola e não simplesmente o ranqueamento das mesmas.

Metodologia

Apresentamos o caminho metodológico traçado por esse trabalho. Tendo como objetivo geral Identificar qual o significado e as possíveis contribuições da Provinha Brasil para os professores alfabetizadores de Camaragibe. Já os objetivos específicos elencados foram: a) Analisar que concepção os professores têm sobre a Provinha Brasil; b) Identificar o conhecimento dos professores em relação às habilidades exigidas na avaliação; c) Investigar em que medida os resultados da Provinha Brasil geram reflexões e apontam estratégias para a prática pedagógica dos professores alfabetizadores.

Nesse trabalho optou-se pela pesquisa qualitativa, justifica-se por atender melhor aos objetivos propostos, de caráter exploratório, visto que esta tem “como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema” (GIL, 1991, p. 45).

Um dos recursos metodológicos utilizado, a entrevista semiestruturada, adotamos um questionário escrito com perguntas dirigidas que serviram como fio condutor para as análises das perguntas: qual a concepção das professoras sobre a política nacional de avaliação para alfabetização? O que os professores sabem em relação às habilidades exigidas na avaliação? Os resultados da Provinha Brasil contribuem para prática pedagógica? Os sujeitos participantes da pesquisa foram 05 professoras que lecionam em turmas do 2º ano

do 1º ciclo do Ensino Fundamental do Sistema Municipal de Ensino da Cidade de Camaragibe.

Resultados e Discussões

Apresentamos de forma sistemática a análise dos dados coletados, a partir dos relatos das professoras entrevistadas objetivando compreender quais os impactos dessa política nacional de avaliação para alfabetização em suas práticas pedagógicas.

- Qual a concepção das professoras sobre a política nacional de avaliação para alfabetização?

Eu entendo que é um recurso que o ministério da Educação ou Governo Federal encontrou pra diagnosticar e avaliar também, o nível de ensino e como se encontra nossas crianças no Brasil.

(professora Ana Paula)

Sei que é algo pra avaliar o aluno que está na alfabetização. Agora o que eles avaliam, sei não.

(professora Bete)

É um tipo de prova que atende os alunos da 1ª ou 2ª série, os que ainda não sabem ler, nem escrever os que estão se alfabetizando, né? Acredito que seja isso.

(professora Dayse)

Ao analisarmos a fala das professoras percebemos que ao afirmarem sobre suas concepções em relação a Provinha Brasil não dispunham de informações suficientes em relação à perspectiva defendida por esse instrumento, entretanto, concebem através de suas deduções que se trata de uma avaliação diagnóstica para aferir o nível de desempenho dos alunos em processo de alfabetização.

- O que os professores sabem em relação às habilidades exigidas na avaliação?

Sei que tem lá um manual que explica, né? Para quem vai aplicar a prova, como nunca aplico, não tenho ideia.

(professora Dayse)

Compreendo não. Porque agente não tem acesso a Provinha Brasil, agente não aplica a

Provinha Brasil. Então, agente não fica com o caderno que vem para o professor, que vem explicando as questões tudo direitinho, aí fica difícil, né?

(professora Bete)

De acordo com estas falas, percebemos que as professoras tem pouco conhecimento sobre o que é avaliado, as docentes tem pouco contato com a prova, o contato é apenas para simular uma situação de faz de conta, em que os alunos são programados, por vezes, ensaiados a responderem ao exame.

Entretanto, podemos analisar na fala da professora Ana Paula que a mesma dispunha de conhecimentos sobre as habilidades do instrumento, conforme ela relata:

Bem...São cobrados dos alunos habilidades de leitura, a interpretação, compreensão, né? De letramento, saber pra que serve aquele tipo de gênero como tem lá mesmo uma questão que tem um bilhete. Alguns consigo, porque, tivemos aqui na escola uma formação sobre os descritores da Provinha. Sei que tem o eixo da leitura, da escrita alfabética, da compreensão, da interpretação, né?

Nesse sentido, inferimos que o que a diferenciou das demais professoras, foi o fato de a mesma ter tido uma formação que possibilitasse conhecimento e reflexão a cerca das habilidades. Acreditamos que essa deva ser a forma conduzida pelos processos das avaliações em larga escala nas escolas, em que a participação efetiva dos professores constitua um diálogo contínuo com os mecanismos de elaboração e aplicação dos testes, como também, a divulgação dos resultados. Como defende Freitas (2004):

Planejando a avaliação no nível municipal, torna-se mais viável o envolvimento dos professores e especialistas das secretarias e das escolas na própria montagem do sistema de avaliação (p.48).

Acreditamos que ao descentralizar o processo, o INEP, atribuiria um papel distintivo no apoio aos municípios, com isso, viabilizaria aos professores mais conhecendo, discutindo e problematizando as habilidades presentes nessas avaliações

- Os resultados da Provinha Brasil contribuem para prática pedagógica?

Nada, apenas nossa diretora diz e pronto. Comenta que precisamos melhorar e tal. Mais melhorar onde? Em quê? Que eu acho que deveria acontecer é ter um momento só pra isso, pra nos dizer, nos mostrar a realidade da nossa turma. Onde deveríamos melhorar, aí sim, talvez valesse a pena, né?!!

(professora Milena)

Foi socializado sim, porque, aqui na escola agente teve como ponto de partida pra começar a elaborar nosso planejamento os resultados, para desenvolver as atividades. Então, cada professora com o resultado da sua turma mais a diretora se reuniu e discutimos e elaboramos as atividades para dá mais atenção aqueles alunos que não conseguiram atingir aquelas

habilidades, para desenvolver tais habilidades

(Professora Ana Paula)

Percebemos no relato das professoras que os resultados para se constituírem significativos precisam ser transformados em objeto de reflexão da escola, mas, para isso, há que se considerar a necessidade de formação de docentes. Segundo Freitas (2004) para os resultados terem sentido é necessário ser reconhecido como pertencendo à escola.

Considerações Finais

No presente trabalho buscamos investigar qual o significado da Provinha Brasil e as possíveis contribuições dessa política nacional de avaliação para os professores alfabetizadores de Camaragibe. As análises e os resultados evidenciados denotaram que para algumas docentes a Provinha Brasil é concebida como um instrumento meramente simulador, quantificador de dados estatísticos para o IDEB do município. Já outras consideram o instrumento como um elemento estratégico que reorientam as suas práticas pedagógicas.

Portanto, esse trabalho não tem a pretensão de resolver o problema, mas de apontar desdobramentos para se criar possibilidades, nesse sentido, entendemos que a participação mais efetiva da gestão municipal na condução de políticas de avaliação faz toda a diferença, é necessário dialogar com os professores, discutir e problematizar os resultados obtidos mediante o desempenho dos alunos visando uma melhora na qualidade das habilidades de leitura e escrita dos alfabetizandos.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. **Políticas educativas e avaliação educacional: para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal** (1985-1995). Braga: Universidade do Minho, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 1977.

BONAMINO, A. C. de. **Tempos de avaliação educacional: o Saeb, seus agentes, referências e tendências**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BRASIL. **Lei n.º 11.274, de 06 de Fevereiro de 2006**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 de Fev. 2006.

DIAS SOBRINHO, J. **Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil.** In: FREITAS, L. C. (Org.) Avaliação: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002. p.13-62.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira. **Avaliação da Educação Básica: a instauração de uma nova via de regulação e sua dimensão pedagógica no Brasil (1988 a 2002).** Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: FEUSP, 2004.

GERALDI, Corinta Maria Grisolia ; GERALDI, João Wanderley. **Avaliação: Gestos Necessários.** Rev. Práxis, Cacoal RO, v. 05, p. 27-37, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo. Atlas. 1991.

INEP/MEC (2009). **Provinha Brasil — Passo a passo.** Disponível em: <http://provinhabrasil.inep.gov.br/images/stories/html/documentos/passos_a_passo_1_2009pdf>. Acesso em: 29 Mai. 2021.

VIANNA, Heraldo M. **Avaliação Educacional: teoria, planejamento, modelos.** São Paulo: Ibrasa, 1990.